



APROPUCC

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUC-CAMPINAS

Agosto/2016 | www.apropucc.org.br | apropucc@apropucc.org.br | [f apropucc](https://www.facebook.com/apropucc)

Apropucc na luta pela conquista de novos direitos para os professores

Entidade irá retomar negociação de demandas específicas da categoria



Fernanda de Freitas

Assembleia dos professores discutiu a democratização da Universidade e melhores condições de trabalho

Em junho passado, a Apropucc e o Sinpro Campinas se reuniram com a reitoria da PUC-Campinas para discutir as demandas dos docentes e a proposta de um Acordo Interno.

Na ocasião, a reitoria se comprometeu a iniciar as discussões de toda a pauta acadêmica com a Apropucc e as instâncias e órgãos internos da Universidade, a partir de agosto. Sendo assim, é chegado o momento de retomarmos as tratativas com a gestão para avanços em nossa pauta.

No mês de maio, a Apropucc e o Sinpro Campinas realizaram uma assembleia com os docentes para debater as reivindicações da categoria, a campanha salarial e um futuro Acordo Interno.

As principais preocupações apresentadas pelos professores foram a falta de democracia dentro da Universidade, o excesso de trabalho e de responsabilidades dos docentes, melhorias nas condições de trabalho e o uso inadequado da avaliação do professor como instrumento para processo seletivo ou promoção docente. Eles também lamentaram a postura adotada pela Universidade de buscar negociação

individual e nomearam a Apropucc como mediadora dos docentes, a fim de garantir o respeito aos seus direitos. Mais um motivo para resgatarmos o debate sobre a proposta de estabelecermos um Acordo Interno.

Vale destacar que as entidades também defenderam a antecipação do reajuste salarial como forma de amenizar as perdas econômicas do período.

Acordo Interno

O Acordo Interno é um instrumento fundamental que visa a conquista de novos direitos. Seu objetivo é estipular condições de trabalho especiais e complementares à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Isso significa que o acordo não pode excluir ou desrespeitar os direitos, mas sim adaptá-los às condições específicas da categoria.

Para a diretoria da Apropucc, o Acordo Interno é importante porque tem como princípio o exercício e o respeito à democracia dos trabalhadores, além da busca constante pela garantia e ampliação dos direitos de todos os docentes.

SEUS DIREITOS

ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Nesta atual conjuntura política do país, onde vemos a cada dia, os direitos dos trabalhadores, histórica e duramente conquistados serem golpeados, também temos notícias de que a Previdência poderá sofrer alterações e é frequente encontrarmos professores que estão com dúvidas quanto à sua condição.

O professor que se encontra próximo de preencher os requisitos exigidos para adquirir o direito à aposentadoria, seja integral ou proporcional, possui uma garantia de emprego chamada de estabilidade pré-aposentadoria. Esse direito é devido ao docente que trabalha na instituição há pelo menos três anos e está a 24 meses que antecedem a concessão da aposentadoria.

A Apropucc recomenda que o docente não seja desligado quando estiver prestes a se aposentar, sob pena de ter que reintegrá-lo ou efetuar pagamento indenizatório.

Se o professor estiver em dúvida sobre sua aposentadoria, procure o Sinpro Campinas para fazer uma simulação do seu tempo de serviço e verificar o quanto falta para sua aposentadoria integral ou proporcional.

Esse direito está previsto na nossa Convenção Coletiva de Trabalho dos Professores do Ensino Superior com objetivo de garantir que o docente tenha renda e não perca a qualidade de segurado do INSS e, por consequência, o direito ao benefício previdenciário.

Aula Aberta discutiu conjuntura nacional e internacional



Fernanda de Freitas

Em abril, a Apropucc e o Sinpro Campinas realizaram uma aula aberta em defesa da democracia. Estudantes e professores lotaram a sala para ouvir a jornalista, coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e secretária geral do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, Renata Mielli; o advogado e membro do Coletivo "Advogados Independentes de Campinas", Vinicius Cascone e o professor do CCHSA e do CEA da PUC-Campinas, Márcio Roberto Pereira Tangerino.

Devemos pensar na Universidade como um espaço de educação e construção de direitos. Por isso, a aula cumpriu seu papel de debater as ameaças ao Estado democrático de direito e contribuir para a compreensão do atual cenário político do país.

EDITORIAL

Professores não devem aceitar a retirada de direitos

Estamos vivendo no Brasil um período bastante conturbado do ponto de vista político e econômico, que busca a consolidação de um modelo liberal/conservador para a sociedade brasileira. No modelo em implantação o custo recairá sobre os trabalhadores, pois o que está sendo proposto é a retirada dos direitos e o ataque aos programas sociais conquistados pela sociedade brasileira.

Tendo por objetivo o ajuste das contas públicas, o ministro interino da fazenda, Henrique Meireles, defende a vinculação de recursos para as áreas de saúde e educação que, segundo ele, são áreas que gastam demais. Como consequência, está sendo proposta a Emenda Constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos, principalmente, em educação e saúde, exceto o pagamento de juros. No entanto, a maior conta do orçamento público e que não entra na PEC são os juros pagos para financiar a dívida interna, que hoje está em aproximadamente R\$ 500 bilhões. A visão equivocada da área econômica do governo interino retira recursos das áreas de saúde e educação para repassar aos banqueiros, os únicos a lucrar com a crise.

No modelo que se pretende implementar, vem a reboque a retirada de direitos dos trabalhadores e nós professores. Enquanto trabalhadores em instituição de ensino, devemos combater de forma contundente a tentativa em curso de precarizar as condições de trabalho.

Professores, vamos resistir à tentativa de retirada dos nossos direitos dizendo em alto e bom som: **nenhum direito a menos!**

Confira em www.apropucc.org.br um quadro com os principais projetos que propõem a retirada dos direitos dos trabalhadores.

APROPUCC PRESENTE

Cenário político apresenta ameaça aos direitos dos professores

Movimentos sociais, sindicais e estudantis estão mobilizados em defesa da democracia, de uma nova política econômica e contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

Ato organizado pela Frente Brasil Popular Campinas em frente à Catedral Metropolitana de Campinas



Robson B. Sampaio

Brasil vive uma das maiores crises no âmbito político e econômico nas últimas décadas. Não dá para negar que, se confirmado o impeachment da presidenta Dilma, a classe trabalhadora poderá, sim, estar ameaçada por uma política conservadora de perda de direitos conquistados e desprovida de respeito ao Estado democrático de direito.

“A Ponte para o Futuro” é o programa político-econômico apresentado pelo governo interino de Michel Temer (PMDB) para atender aos interesses de grandes empresários da indústria e outros tantos donos de escolas e hospitais, tudo com apoio de grupos de comunicação.

O projeto que está em curso no país resultará em ajuste fiscal; precarização do serviço público; destinação de mais dinheiro para o setor privado, detentor da maior parte das riquezas; redução de investimentos na saúde, na educação e na cultura; perda da soberania nacional pela venda indiscriminada de nosso patrimônio, como o Pré-sal e a Petrobrás. Enfim, onde deveríamos avançar, teremos um grande retrocesso!

A adoção de medidas drásticas tem sido usada como desculpa para sair da crise econômica. Medidas essas que trarão um retrocesso aos direitos dos trabalhadores conquistados ao longo dos anos através de muitas lutas.

Um levantamento feito pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) traz uma lista de 55 principais matérias em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que ameaçam a democracia e nossos direitos. Fazem parte da lista itens como a ampliação da terceirização, redução da idade para início da atividade laboral, demarcação de terras indígenas e mudanças no conceito de trabalho escravo, aumento da jornada de trabalho, negociação entre patrão e trabalhador passa a valer mais do que o previsto em lei, impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho, extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa, redução da maioria penal, privatização, entre outras propostas.

É evidente que a “conta” está sendo jogada sobre as costas da classe trabalhadora.

Ataques à educação

No caso da área social, Temer propõe o plano intitulado “Travessia Social” que sugere

mudanças profundas no sistema educacional. A proposta é desrespeitar a lógica da Educação Pública como dever do Estado e direito do cidadão.

O documento propõe a privatização de universidades e de escolas de ensino médio privilegiando os interesses do mercado educacional e a retirada da destinação dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal determinados para a educação. Essas medidas visam entregar o patrimônio nacional e diminuir os investimentos na área, contrariando o Plano Nacional da Educação que prevê aumento dos gastos com educação.

Somado a isso temos as tentativas de privatização progressiva da escola pública, reforma do ensino médio que aponta para um modelo tecnocrata e rebaixado de currículo, implantação de exames nacionais de certificação dos docentes atrelando bonificação por mérito no lugar de respeitar os direitos trabalhistas, implantação da meritocracia no ensino, programa “Escola sem Partido” que impede o debate e cerceia a liberdade de pensamento em sala de aula e outras propostas que desqualificam ainda mais a educação pública gratuita. São esses alguns dos acenos ao desrespeito à nossa Constituição!

O que não está previsto no programa é a valorização de professores, avanços na qualidade do ensino e da formação docente e melhorias nas condições de funcionamento das escolas.

Por mais empregos, CLT e Previdência

Para a diretoria da Apropucc esse governo não tem atuado para resolver o problema da crise financeira e do desemprego. Sua “ponte para o futuro”, vendida como medida necessária para o desenvolvimento do país, implica no desmonte das políticas de inclusão social e nas reformas antipopulares da previdência e da lei trabalhista.

Diante disso tudo, a luta que devemos travar requer unidade para resistirmos e combatermos esses ataques. Por isso, integramos a Frente Brasil Popular Campinas através da nossa vice-presidente, Silvana Suaiden, participamos das Caravanas da Democracia e seguimos mobilizados em defesa dos nossos direitos, das liberdades democráticas, da soberania nacional, da integração latino-americana e das reformas estruturais e populares.

Posse da diretoria da Apropucc



A diretoria da Apropucc empossada, em fevereiro passado, aproveitou para reafirmar o compromisso de valorizar o professor, fortalecer a educação, lutar por melhorias nas condições de trabalho e pela ampliação de direitos sociais e trabalhistas. Seguindo a ordem da foto acima, a entidade é composta pela diretora Mônica C. M. de Moraes (CCHSA), o presidente Ednilson Arendit (CEA), a tesoureira Liliana de Lima (CCV), o secretário geral Paulo Cusiuc (CCHSA), a vice-presidente Silvana Suaiden (CCHSA), o diretor Cauê Nunes (CCHSA) e a suplente Eliane N. Rosandiski (CEA), que não aparece na foto.

Estudantes lutam pelo direito à educação

Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e inclusão e democratização do acesso às universidades públicas são algumas bandeiras do movimento estudantil no país



Campanha "Educação não é Mercadoria" da Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino)

As lutas organizadas pelos movimentos estudantis em diferentes estados brasileiros trazem elementos importantes para a reflexão sobre a perpetuação do modelo ultrapassado de educação e a má condição do ensino. Como resposta à forte tendência da política estadual à privatização dos ensinos médio e superior, os estudantes reivindicam melhorias para a educação e mais políticas públicas para a juventude.

Em São Paulo, o maior e mais rico estado do país, a situação é muito grave. Nesses últimos 20 anos a falta de investimento do governo estadual resultou no desmonte da rede pública de ensino. Tivemos redução no número de salas de aulas que gerou classes superlotadas, fechamento de escolas, sucateamento da infraestrutura, desvalorização dos profissionais da educação, falta de políticas públicas inclusivas e de diálogo com a sociedade, entre outros ataques.

Sucateamento das universidades públicas

No que diz respeito às Universidades Públicas Paulistas a situação não é melhor: os repasses de verbas são insuficientes para a manutenção e expansão dos campi, os hospitais universitários estão precários, arrocho salarial e desvalorização dos servidores públicos, terceirizações etc.

Apesar disso, nos últimos anos, o movimento estudantil avançou na luta pela democratização do acesso às universidades públicas e privadas com a implantação do ENEM, do Sisu, Reuni, Fies e ProUni. Mas ainda falta efetivar a Lei de Cotas.

Por tudo isso, a juventude tem ocupado escolas e reitorias como forma de lutar por políticas públicas que contemplem

suas reivindicações. Essas mobilizações conseguiram barrar a tentativa de implantar um modelo de ensino excludente e garantir avanços na luta pela democratização do acesso às universidades públicas.

Uma de nossas bandeiras sempre foi a educação gratuita e de qualidade para todos e a valorização do serviço e do servidor público. Pela importância dessa luta, a Apropucc manifestou apoio e solidariedade aos estudantes secundaristas das escolas técnicas de São Paulo e da rede estadual de ensino por considerar justas as reivindicações pelo direito à merenda de qualidade, pela instalação de uma CPI da Merenda na Assembleia Legislativa, por melhorias na infraestrutura escolar e contra a "reorganização do ensino". Também manifestamos apoio às mobilizações nas universidades públicas paulistas que reivindicam direito ao acesso e permanência estudantil, implementação de cotas raciais e melhores condições de trabalho para os servidores.

A Apropucc é consciente de que a regulamentação da rede particular de ensino prevista no Plano Nacional de Educação, assim como a defesa da rede pública são ações que devem andar juntas na busca da qualidade da educação no Brasil.

Expressamos, também, nossa contrariedade à criminalização dos movimentos através de ações repressivas, truculentas ou punitivas, seja da parte dos governos federal ou estadual, da Polícia Militar, das reitorias paulistas ou dos grandes veículos de comunicação, porque acreditamos que essas reivindicações são legítimas, principalmente, porque, quem luta por educação pública, gratuita e de qualidade não merece punição.

Conselho Universitário

Por um projeto democrático de universidade

O professor Ednilson Arendit foi reeleito como representante docente para compor o Consun (Conselho Universitário) para o próximo biênio. Arendit é presidente da entidade e diretor do Sinpro Campinas.

O Consun é a instância máxima de deliberação sobre as temáticas que envolvem a comunidade acadêmica. É também um espaço de discussão, articulação e deliberação extremamente importante para a instituição. Por isso, é fundamental termos um representante que seja independente em relação à reitoria, defenda um projeto democrático de universidade, seja comprometido com a melhoria das condições de trabalho docente e com o aprimoramento do desempenho acadêmico da nossa universidade.

Programa Universidade para Todos

Diretora da Apropucc é nomeada representante docente nas Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do ProUni

Elaine Della Porta



Mônica Cristina de Moraes Martinez

Formada em Magistério - Escola Estadual Carlos Gomes em Campinas e em Pedagogia pela PUC-Campinas. Mestrado em Educação pela FE/USP, doutorado pela FE/Unicamp e pós-doutorado pelo Instituto Universitario de Ciencias de La Educacion de La Universidad de Salamanca - Espanha. Foi professora de Educação Especial e anos iniciais do Ensino Fundamental (1986 a 1992); coordenadora do curso de Pedagogia - Educação Especial da PUC-Campinas (1995 a 1999) e Assessora Técnico-Pedagógica do Programa de Acessibilidade da PUC-Campinas (2001 a 2010). Desde 1993 leciona nos cursos de Pedagogia e Biblioteconomia e nas Licenciaturas da PUC-Campinas e é Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Campinas desde 2002.

A diretora da Apropucc, Mônica Cristina Martinez de Moraes, foi nomeada como representante docente para compor as Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (Programa Universidade Para Todos) dos campi I e II e a professora Luiza Ishikawa Pereira (CCV) foi indicada sua suplente. Também foram indicados representantes da diretoria da instituição e dos discentes.

A comissão é um órgão colegiado de natureza consultiva instituído em cada Instituição de Ensino Superior participante do ProUni. Sua finalidade é acompanhar, averiguar e fiscalizar o programa dentro da universidade, devendo promover também a articulação entre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social e a comunidade acadêmica participante do programa, com vistas ao seu constante aperfeiçoamento.

De acordo com o Ministério da Educação, a comissão local tem o objetivo de aprimorar as relações acadêmicas entre os bolsistas ProUni e a instituição. E por estar mais próxima à realidade acadêmica, poderá atender os questionamentos da comunidade do ProUni levantados através de reclamações, denúncias, críticas e sugestões referentes ao programa.

Os mandatos dos representantes da comissão encerram em 14 de outubro de 2017.

Palavra do Professor

UNIVERSIDADE E A “ESCOLA SEM PARTIDO”



Arquivo Pessoal

Prof. Vitor Barletta Machado
Graduado em Ciências Sociais pela Unicamp, com mestrado e doutorado em Sociologia pela USP e Unicamp, respectivamente. Por muitos anos, atuou como professor do Ensino Fundamental e Médio em escolas de Região Metropolitana de Campinas. Tem experiência como coordenador de Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, editor de periódico e nucleador de pesquisas. Atualmente é professor extensionista da PUC-Campinas.

Qualquer educação que se pretenda transformadora, ser construtora de cidadania, só o pode fazer através do debate permanente, centrado no respeito à diversidade. E respeitar a diversidade não significa que devemos aceitar em sala de aula a expressão de ideias racistas, xenófobas, machistas, misóginas, que promovam qualquer tipo de ódio e preconceito, somente por seus defensores as apresentarem como sua “visão de mundo”.

O ambiente escolar/universitário deve ser caracterizado pela apresentação do conhecimento acumulado da humanidade em diferentes áreas, o que engloba todas as críticas acadêmicas ao racismo, xenofobia, machismo, misoginia, ódios e preconceitos. Também engloba a reflexão sobre a sociedade em que vivemos, sua realidade política e econômica, que é múltipla, com diferentes condições e ideais.

Isso implica a necessidade de sairmos de nós mesmos, de nos deslocarmos para o lugar do outro, exercitando o sentido maior da alteridade. Somente assim teremos futuras gerações capazes de fazer melhor do que as anteriores.

Os projetos associados às ideologias defendidas pela bandeira da “escola sem partidos”, ao defenderem o silenciamento forçado dos professores sobre qualquer temática considerada inadequada por

qualquer pai de aluno, promove o fim da educação. Sob a desculpa de alguns poucos exemplos daquilo que chamam de “doutrinação” de professores, pretendem calar todos, inclusive com ameaça de encarceramento. A existência de opiniões divergentes é um dos elementos que permitem o avanço de nosso conhecimento, pois nos força a buscar novos entendimentos, outros caminhos. Por isso o livre debate em sala de aula é essencial ao aprendizado.

Se existem professores falhando na condução de tal espaço, eles precisam ter as condições para aprender como realizar tal trabalho. Ao invés disso os autores do projeto preferem a truculência da censura e da repressão, impondo sua própria ideologia única. Não entendem, ou fingem não entender, uma questão elementar: todo conhecimento causa, também, incômodo. Justamente por nos forçar a rever verdades já estabelecidas em nós. É por isso que afirmamos que não há conhecimento neutro, incapaz de incomodar.

Retirar o espaço de livre discussão e reflexão em escolas e universidades, com a desculpa de uma falaciosa neutralidade, será a pá de terra que falta no ensino e na pesquisa do Brasil, com direito à selfie sorridente com o atual ministro da educação.

Os artigos não representam a posição da Apropucc e suas informações são de total responsabilidade dos autores.

JORNAL DA APROPUCC é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-Campinas. **Jornalista Responsável** (textos, edição, revisão e diagramação): Fernanda de Freitas (MTb 36.533). **Projeto Gráfico:** Christiane Garcia. **Tiragem:** 1 mil exemplares. **Contatos:** (19) 3231-8844 / 3343-7474 / www.apropucc.org.br / apropucc@apropucc.org.br / www.facebook.com/apropucc. **Atendimento:** 9 às 15h.

Saúde do Professor(a): Quando o Trabalho Adoece e Faz Sofrer!

LILIANA APARECIDA DE LIMA*

Tem sido frequente encontrar professores que ao reiniciarem suas atividades já se declaram cansados. Quando falamos em Saúde dos Professores estamos nos referindo não somente aos agravos físicos pelos quais esta categoria profissional padece e já amplamente divulgados em pesquisas científicas sobre o tema, mas também aos aspectos psicológicos do adoecimento, ou seja, a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.

Aqui gostaríamos de alertar às doenças invisíveis que são as que abalam a subjetividade dos professores, doenças que silenciosamente se instalam e afetam a psiquê do sujeito até que se transformam em sintomas visíveis (depressões, crises de ansiedade, fobias, psoríases, alergias etc.)

A intensificação de metas e prazos a serem cumpridos, o produtivismo acadêmico, as condições de trabalho a que estão submetidos os professores e, sobretudo, a Gestão do Trabalho na Universidade, afetam a Saúde Física e Mental do Professor.

Não raro identifica-se o presenteísmo (trabalhar doente e esconder, muitas vezes, esta condição) para não perder o cronograma acadêmico e não “prejudicar” os alunos.

Precisamos estar atentos aos sinais de que estamos sofrendo e adoecendo em função do trabalho que há um bom tempo tem invadido os espaços de convívio com amigos, familiares e de lazer.

(* Psicóloga, Psicoterapeuta, Professora da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas e Diretora da Apropucc e do Sinpro Campinas e Região)

Palavra do Estudante

LEO FAVARI*

Democratização do Acesso à Educação

Agosto é um mês importante. Dia 11 é Dia do Estudante e dia 12 é Dia Internacional da Juventude. As conquistas alcançadas desde o início de 2003, no governo Lula, com a expansão dos investimentos na educação por meio dos programas de inclusão de jovens no Ensino Superior, estão ameaçadas em 2016.

O golpe disfarçado de impeachment, além de ferir a Constituição e a democracia brasileira, impõe retrocessos. Sob o argumento de atingir a meta fiscal, Temer reduziu as vagas disponíveis no ProUni, Ciência Sem Fronteiras e FIES, que já realizaram o sonho de milhões de jovens em cursar o Ensino Superior, inclusive o meu.

As universidades federais que antes viram aumentar os investimentos, sofreram um corte de 45% no orçamento para 2017. Com estes cortes, o governo golpista mostra a que veio, declarando abertamente que os jovens pobres e negros terão dificuldades de acesso e permanência a uma formação de qualidade.

É visível o desmonte de uma política de qualificação, incentivo e valorização da juventude estudantil. Mas não só os estudantes perdem, afinal, investir na juventude a partir de uma educação de qualidade significa investir em um projeto de desenvolvimento de nação, reconhecendo o poder transformador da juventude a partir do conhecimento. É reconhecer que a academia, preenchida pelas cores do povo pode construir um país mais igualitário.

Comemorar o mês da juventude estudantil é denunciar esse retrocesso e continuar lutando por uma educação de qualidade para todos!

(* Ex-presidente do Centro Acadêmico XV de Abril – Direito PUC-Campinas (Bacharel em Direito)